

Experiência comprovada na produção, elaboração e divulgação de materiais informativos na área da prevenção das toxicodependências e áreas associadas. Preferencialmente Pós-graduação/mestrado.

13 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal dos Serviços Centrais do Instituto da Droga e da Toxicod dependência, IP, idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publica este procedimento.

14 — As candidaturas deverão ser formalizadas obrigatoriamente, sob pena de exclusão, em formulário próprio, no cumprimento do disposto n.º 1 do artigo 51.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, e do Despacho n.º 11321/2009, de 8 de Maio. O formulário encontra-se disponível no endereço www.idt.pt e deverá ser dirigido ao Presidente do Conselho Directivo do Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P., solicitando a sua admissão ao concurso, via correio em carta registada, expedida até ao termo do prazo fixado no n.º 4 do presente aviso, para Praça de Alvalade, n.º 7, 8.º, 1700-036 Lisboa, ou entregue pessoalmente, no Núcleo de Gestão de Recursos Humanos, das 10.00 h às 12.30 h e das 14.30 h às 16.30 h, dentro do mesmo prazo.

15 — Documentos: juntamente com o requerimento, os candidatos deverão apresentar obrigatoriamente os seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- Curriculum vitae* detalhado, devidamente datado e assinado, em três exemplares;
- Certificado de habilitações literárias;
- Declaração emitida e autenticada pelo Serviço onde o candidato se encontra a exercer funções, onde conste, de forma inequívoca, a natureza do vínculo à Administração Pública;
- Comprovativos das avaliações de desempenho que obteve;
- Declaração e autenticada pelo Serviço onde o candidato se encontra a exercer funções comprovativa das principais tarefas correspondentes ao posto de trabalho ocupado pelo candidato, com indicação da duração do seu exercício.

15.1 — Os candidatos com regime jurídico de emprego público por tempo indeterminado, devem ainda juntar, sob pena de exclusão, declaração emitida e autenticada pelo Serviço onde o candidato se encontra a exercer funções, onde conste, de forma inequívoca, a antiguidade na categoria/carreira e na Administração Pública, expressa em anos, meses e dias, bem como a avaliação de desempenho obtida nos últimos três anos.

16 — As falsas declarações eventualmente prestadas pelos candidatos, serão punidas nos termos da lei penal, e constituem infracção disciplinar.

17 — Métodos de selecção: de acordo com o previsto no n.º 4 do artigo 53.º da LVCR, na redacção dada pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro os candidatos realizarão um único método de selecção.

18 — Sem prejuízo do exposto no ponto seguinte, os candidatos realizarão uma prova de conhecimentos.

18.1 — Os candidatos que cumulativamente sejam titulares da mesma categoria e, se encontrem, ou, tratando-se de candidatos colocados em situação de mobilidade especial, se tenham por último encontrado, a executar actividades idênticas às publicitadas, realizarão como método de selecção a avaliação curricular, excepto se tal facto for afastado por escrito no formulário de candidatura.

18.2 — A prova de conhecimentos reveste a forma escrita e de natureza teórica com a duração máxima de 60 minutos e incidirá sobre as seguintes temáticas:

- Aconselhamento Telefónico;
- Resposta por *e-mail*;
- Produção de conteúdos para a Web;
- Construção de sítios na Web;
- Toxicod dependência;
- Sexualidade;
- Adolescência;
- Redução de Riscos e Minimização de Danos;
- Reinserção;
- Famílias;
- Implementação, monitorização e avaliação de Projectos Nacionais na área da prevenção e promoção da saúde;
- Treino de competências pessoais e sociais;
- Intervenção na comunidade.

18.3 — A valoração final dos candidatos expressa-se na escala de 0 a 20 valores, considerando-se excluído o candidato que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores no método de selecção aplicável.

18.4 — Os parâmetros de avaliação de cada um dos métodos de selecção e a respectiva ponderação, a grelha classificativa e o sistema

de valoração final constam de actas de reunião do júri do procedimento, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitadas.

18.5 — Excepcionalmente, de harmonia com o disposto no n.º 2 do artigo 6.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, quando o número de candidatos seja igual ou superior a 100, tornando-se impraticável a utilização dos métodos de selecção acima referidos será utilizado como único método de selecção obrigatório a avaliação curricular.

19 — Composição do júri:

Presidente: Lic. Carla Patrícia Marques de Andrade Pissarra, Responsável do Núcleo de Atendimento e Informação;

Vogais efectivos: Lic. Raul António Soares de Melo, Assessor da Carreira técnica superior de Saúde (Substitui a Presidente nas suas faltas e impedimentos);

Lic. Maria Dulce Amaral de Almeida Lamas Cordeiro, Técnico Superior;

Vogais suplentes: Lic. José Francisco Oca, Técnico Superior;

Lic. Maria José Graça Moura, Técnica Superior.

20 — Publicitação:

20.1 — A lista dos resultados obtidos em cada método de selecção é publicitada na página electrónica do Instituto da Droga e da Toxicod dependência, IP e afixada nos seus Serviços Centrais, na morada indicada no ponto 14 do presente aviso.

20.2 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos é publicitada na 2.ª série do *Diário da República*, na página electrónica do Instituto da Droga e da Toxicod dependência, IP e afixada nos seus Serviços Centrais, na morada indicada no ponto 14 do presente aviso.

20.3 — O presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público (BEP), na página electrónica do Instituto da Droga e da Toxicod dependência, IP e em jornal de expansão nacional, após a publicitação no *Diário da República*.

31.01.2011 — O Presidente do Conselho Directivo, *João Castel-Branco Goulão*.

204302114

Delegação Regional do Norte

Despacho n.º 2832/2011

Nos termos e ao abrigo do n.º 2 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96 de 31 de Janeiro, e no uso da autorização concedida pelo n.º 4, da Despacho n.º 16065/2010, publicado no *Diário da República* n.º 207, 2.ª série, de 25 de Outubro de 2010, com a declaração de rectificação n.º 2293/2010, de 10 de Novembro de 2010 subdelego:

1 — Nos subdelegados regionais da Delegação Regional do Norte, do Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P. o poder necessário para a prática dos seguintes actos:

1.1 — No âmbito da orientação e gestão da delegação regional, respectivamente:

- Exercer os poderes de direcção, gestão e disciplina do pessoal;
- Praticar actos respeitantes ao pessoal previstos na lei e nos estatutos;
- Praticar os demais actos de gestão decorrentes da aplicação dos estatutos e necessários ao bom funcionamento dos serviços;
- Superintender na utilização racional das instalações afectas aos respectivos serviços, bem como a sua manutenção, conservação e beneficiação;
- Promover a melhoria de equipamentos que constituam infra-estruturas de atendimento;
- Velar pela existência de condições de saúde, higiene e segurança no trabalho, garantindo, designadamente, a avaliação e registo actualizado dos factores de risco, planificação e orçamentação das acções conducentes ao seu efectivo controlo;
- Gerir de forma eficaz e eficiente a utilização e conservação dos equipamentos afectos aos respectivos serviços.

1.2 — Nos domínios das alíneas a) e b) do número anterior:

a) Dinamizar e Acompanhar o processo de avaliação dos méritos dos trabalhadores, funcionários ou agentes, garantindo a aplicação uniforme do regime de avaliação no âmbito dos respectivos serviços;

b) Adoptar os horários de trabalho mais adequados ao funcionamento dos serviços, observados os condicionamentos legais, bem como estabelecer os instrumentos e práticas que garantam o controlo da respectiva assiduidade;

c) Praticar todos os actos relativos à aposentação do pessoal, salvo no caso de aposentação compulsiva, e, em geral, todos os actos respeitantes ao regime de segurança social, incluindo os referentes a acidentes de trabalho ou a acidentes em serviço;

d) Autorizar a atribuição dos abonos e regalias a que os trabalhadores, funcionários ou agentes tenham direito, nos termos da lei;

e) Conceder o estatuto de trabalhador estudante, nos termos da lei;

f) Justificar ou injustificar faltas;

g) Conceder licenças e autorizar o regresso à actividade, com excepção da licença sem vencimento por um ano por motivo de interesse público e da licença de longa duração, observados os condicionalismos legais;

h) Autorizar a acumulação de funções ou cargos públicos ou privados, nos termos dos artigos 31.º e 32.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro;

i) Autorizar o pessoal a comparecer em juízo, quando requisitado nos termos da lei;

j) Exercer a competência em matéria disciplinar prevista na lei;

k) Autorizar a inscrição, o pagamento e participação do pessoal em congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes em território nacional, com duração limite até dezoito horas por acção formativa e em observância ao princípio da razoabilidade dos encargos envolvidos.

1.3 — No domínio da gestão financeira e patrimonial:

a) Elaborar os projectos de orçamento e de investimento, tendo em conta os planos de actividades e os programas aprovados;

b) Assegurar a execução do orçamento de acordo com uma rigorosa gestão dos recursos disponíveis, adoptando as medidas necessárias à correcção de eventuais desvios ou propondo as que ultrapassem a sua competência;

c) Autorizar deslocações em serviço, qualquer que seja o meio de transporte, excepto por avião, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não;

d) Qualificar como acidente de trabalho ou como acidente em serviço os sofridos pelo pessoal e autorizar o processamento das respectivas despesas;

e) Autorizar as despesas resultantes de despesas cujas facturas, por motivo justificado, dêem entrada nos serviços para além do prazo regulamentar;

f) Autorizar o abono de vencimento de exercício perdido, nos termos do n.º 6, do artigo 29.º, do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, na redacção dada pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto.

2 — Os subdelegados regionais apresentarão, com uma periodicidade trimestral, um relatório síntese com elementos estatísticos e de custos relativos aos actos praticados, de harmonia com a alínea k) do n.º 1.2 da presente deliberação.

3 — Os subdelegados da Delegação Regional do Norte são:

A licenciada Maria de Fátima Magalhães Alves Machado;

O licenciado José António Santos Silva.

4 — A presente deliberação produz efeitos desde 18 de Fevereiro de 2010, ficando por este meio ratificado todos os actos praticados no âmbito dos poderes agora subdelegados.

5 — São igualmente ratificados os actos previstos no presente despacho e praticados desde 31 de Outubro de 2009 até 17 de Fevereiro de 2010.

24 de Janeiro de 2011. — O Delegado Regional do IDT, I. P., *Adelino Fernando do Vale Ferreira*.

204305533

Instituto Português do Sangue, I. P.

Despacho n.º 2833/2011

Por despacho do Presidente do Conselho Directivo de 11/01/2011:

Catarina João Lobo Costa, técnica superior do mapa de pessoal deste Instituto — autorizada a prorrogação da mobilidade interna, no Instituto

da Segurança Social, IP, até 31 de Dezembro de 2011, de acordo com o disposto no artigo 41.º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, e nos termos previstos no n.º 1, do artigo 61.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

31 de Janeiro de 2011. — O Presidente do Conselho Directivo, *Gabriel Arcanjo Branco de Olim*.

204302633

Despacho n.º 2834/2011

Por despacho do Presidente do Conselho Directivo de 11/01/2011:

Dina Raquel Rodrigues Teixeira Soares, Assistente Técnica do mapa de pessoal deste Instituto — autorizada a prorrogação da mobilidade interna, no Centro Hospitalar do Oeste Norte, até 31 de Dezembro de 2011, de acordo com o disposto no artigo 41.º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, e nos termos previstos no n.º 1, do artigo 61.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

31 de Janeiro de 2011. — O Presidente do Conselho Directivo, *Gabriel Arcanjo Branco de Olim*.

204302966

Despacho n.º 2835/2011

Por despacho do Presidente do Conselho Directivo de 11/01/2011:

Hermínio Lopes Pereira, Assistente Operacional do mapa de pessoal deste Instituto — autorizada a prorrogação da mobilidade interna, na Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., até 31 de Dezembro de 2011, de acordo com o disposto no artigo 41.º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, e nos termos previstos no n.º 1, do artigo 61.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

31 de Janeiro de 2011. — O Presidente do Conselho Directivo, *Gabriel Arcanjo Branco de Olim*.

204303013

Despacho n.º 2836/2011

Por despacho do Presidente do Conselho Directivo de 18/01/2011:

Jorge Manuel Crispim Batista, Assistente Técnico do mapa de pessoal deste Instituto — autorizada a prorrogação da mobilidade interna, na Direcção-Geral da Administração da Justiça, até 31 de Dezembro de 2011, de acordo com o disposto no artigo 41.º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, e nos termos previstos no n.º 1, do artigo 61.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

31 de Janeiro de 2011. — O Presidente do Conselho Directivo, *Gabriel Arcanjo Branco de Olim*.

204303095

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Direcção Regional de Educação do Norte

Escola Secundária do Abade de Baçal, Bragança

Declaração de rectificação n.º 335/2011

Por ter sido publicado com inexactidão o despacho (extracto) n.º 2389/2011 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 23, de 2 de Fevereiro de 2011, referente à celebração de três contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, rectifica-se a respectiva lista:

Nome	Carreira	Categoria	Posição remuneratória	Início do contrato
Maria Belmira Alves	Assistente operacional	Assistente operacional	1.ª posição remuneratória da categoria e o 1.º nível remuneratório da tabela de remuneração única.	1-11-2010
Matilde Fátima Gordo Amaro	Assistente operacional	Assistente operacional	1.ª posição remuneratória da categoria e o 1.º nível remuneratório da tabela de remuneração única.	1-11-2010